



ÍNDICE SISTEMÁTICO

Capítulo I

ASPECTOS HISTÓRICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA	43
1.1. Notas Introdutórias	43
1.2. O Direito Romano	48
1.3. A Influência Grega	51
1.4. O Direito Árabe	53
1.5. Origens no Direito Europeu: França e Espanha	54
1.6. A Evolução no Direito Brasileiro	61
1.7. Conclusões	64

Capítulo II

O EXERCÍCIO DA MEDICINA E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	
ASPECTOS ATUAIS DO DIREITO BRASILEIRO E ESPANHOL	67
2.1. Notas Introdutórias	67
2.2. Definições Doutrinárias	71
2.3. Elementos de Direito Comparado: Paralelos ao Direito Espanhol	76
2.3.1. Aspectos da jurisprudência espanhola	78
2.3.2. A responsabilidade por produto defeituoso	83
2.4. Implicações Práticas da Aplicação do Código de Defesa do Consumidor à Atividade Médica	86
2.4.1. O dano moral. Fundamentos jurídicos e sua quantificação	86
2.4.2. A controvérsia sobre a inversão do ônus da prova	91
2.4.3. A publicidade, seus efeitos e consequências	93
2.4.4. Outros aspectos relevantes	98
2.5. As Alterações Legislativas Introduzidas pelo Novo Código Civil	100
2.6. A Construção do Entendimento Jurisprudencial Brasileiro	104
2.7. Conclusões	108

Capítulo III

DIFERENÇAS ENTRE O CONSENTIMENTO INFORMADO E A ESCOLHA ESCLARECIDA, COMO EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL NA RELAÇÃO MÉDICO X PACIENTE.....	111
3.1. Notas Introdutórias.....	111
3.2. A Bioética e o Princípio da Autonomia do Paciente.....	120
3.2.1. Aspectos legais da autonomia do paciente no direito brasileiro...	122
3.3. A Escolha Esclarecida e a Relação Médico x Paciente sob a Ótica do Código de Defesa do Consumidor.....	127
3.4. Escolha Esclarecida e Dever de Informação.....	136
3.5. Conclusões.....	138

Capítulo IV

O “CONSENTIMENTO PRESUMIDO”, A AUTONOMIA RELATIVA E AS INOVAÇÕES DA LEI DE TRANSPLANTES BRASILEIRA	143
4.1. Notas Introdutórias.....	143
4.2. Evolução Jurídica no Ordenamento dos Transplantes de Órgãos e Tecidos no Brasil	144
4.3. A Lei nº 9.434/97 e o “Consentimento Presumido”	146
4.4. Conclusões.....	151

Capítulo V

CONTROVÉRSIAS RELATIVAS À PRESCRIÇÃO DO ERRO MÉDICO.....	153
5.1. Notas Introdutórias.....	153
5.2. A Prescrição no Novo Código Civil.....	157
5.3. A Relação Médico x Paciente Enquanto Relação de Consumo. A Prescrição na Lei nº 8.078/90.....	158
5.4. Prazos Prescricionais Contra a Fazenda Pública	162
5.5. A Prescrição no Processo Administrativo.....	166
5.6. Conclusões.....	169

Capítulo VI

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO CIRURGIÃO PLÁSTICO. A CIRURGIA PLÁSTICA COMO OBRIGAÇÃO DE MEIO.....	171
6.1. Notas Introdutórias.....	171
6.2. Definições Conceituais.....	172

6.3.	O Posicionamento das Doutrinas Nacional e Estrangeira.....	175
6.4.	O Posicionamento dos Tribunais.....	184
6.5.	Conclusões.....	185

Capítulo VII

A ANÁLISE DO CONTRATO DE SERVIÇOS MÉDICOS SOB A PERSPECTIVA DA AUTONOMIA DA VONTADE E DO INADIMPLEMENTO.....		187
7.1.	Contextualização.....	187
7.2.	A atividade médica: obrigação contratual ou relação de consumo?	189
7.3.	As características do contrato de serviços médicos.....	196
7.3.1.	As obrigações do médico.....	197
7.3.1.1.	Obrigações acessórias.....	199
7.3.2.	As obrigações do paciente	203
7.4.	O inadimplemento e seus efeitos	205
7.5.	Conclusões.....	208

Capítulo VIII

RESPONSABILIDADE CIVIL ODONTOLÓGICA: CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS.....		211
--	--	------------

Capítulo IX

RESPONSABILIDADE CIVIL HOSPITALAR BREVES NOTAS DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS.....		221
9.1.	Notas Introdutórias	221
9.2.	O Contrato Hospitalar e seus Elementos Definidores	223
9.2.1.	Dos diferentes tipos de contrato hospitalar.....	226
9.3.	Elementos Jurisprudenciais.....	232
9.4.	Conclusões.....	235

Capítulo X

A RESOLUÇÃO CFM 1805/2006 E OS CUIDADOS PALIATIVOS: REFLEXÕES SOBRE SEUS ASPECTOS PSICOLÓGICOS E JURÍDICOS		237
---	--	------------

Capítulo XI

ASPECTOS JURÍDICOS DA REPRODUÇÃO <i>POST MORTEM</i>, EM PERSPECTIVA COMPARADA BRASIL-PORTUGAL	253
11.1. Apresentação do caso	253
11.2. Reprodução <i>post mortem</i>	256
11.2.1. Inseminação/fertilização <i>post mortem</i>	258
11.2.1.1. As grandes decisões	259
11.2.1.2. Questões atinentes ao consentimento	263
11.2.2. Transferência <i>post mortem</i>	264
11.3. A solução à luz da lei portuguesa.....	266
11.4. À solução à luz da lei brasileira.....	267
11.5. Considerações críticas	271

Capítulo XII

O PAPEL DO ADVOGADO NA PREVENÇÃO DE DEMANDAS MÉDICAS	273
12.1. Introdução	273
12.2. A Especialização como Diferencial	275
12.2.1. Diferença de enfoque entre demandas éticas, administrativas e processos judiciais.....	276
12.3. O Aconselhamento Constante e Preventivo	279
12.4. A Necessidade da Construção de Novos Caminhos.....	282
12.5. Conclusões.....	284

Capítulo XIII

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL: FERRAMENTA DE APOIO PARA A PROFILAXIA DO ERRO MÉDICO	287
13.1. Introdução	288
13.2. Pano de Fundo para o Debate Atual. Custo x Investimento	289
13.3. O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional sob a Ótica do Código Civil.....	291
13.4. Vantagens e desvantagens	293
13.5. O Seguro como um caminho necessário	301
13.6. Conclusões	305

Capítulo XIV

A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA PANORAMA ATUAL NO DIREITO BRASILEIRO – ASPECTOS LEGAIS E DEONTOLÓGICOS	307
14.1. Introdução	307
14.2. A construção do ordenamento jurídico em material de reprodução humana assistida.....	308
14.3. As resoluções do Conselho Federal de Medicina – Eficácia para o preenchimento de lacunas legislativas	318
14.4. Desafios para uma construção jurisprudencial.....	331
14.5. Conclusões.....	345

Capítulo XV

A LEI Nº 25/2016, DE 22 DE AGOSTO, E OS CONTRATOS DE GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO EM PORTUGAL	347
Introdução.....	348
1. Contrato de gestação de substituição tradicional e por FIV.....	350
2. Quem pode recorrer à gestação de substituição em Portugal?.....	353
3. Quem pode ser gestante de substituição em Portugal?.....	357
4. A criminalização dos contratos de gestação de substituição a título oneroso	359
5. Considerações finais.....	362

Capítulo XVI

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL NA MEDICINA – UMA ANÁLISE A PARTIR DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA	363
Introdução.....	364
1. Notas gerais sobre ética médica e bioética.....	364
2. A função social do profissional da medicina e o dever de respeito à autonomia da paciente.....	366
3. Violência obstétrica	370
3.1. Episiotomia.....	370
3.2. Cesárea.....	376
3.3. Esterilização não consentida.....	378
3.4. Outros casos de violência obstétrica	382
4. Considerações finais.....	387

Capítulo XVII**A INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE EM CASOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA NO DIREITO BRASILEIRO 389**

1. Introdução 389
2. O sistema jurídico brasileiro de compensação de danos 392
3. A inadequação da teoria da perda de uma chance à atividade médica 394
4. Uma análise sobre os recentes desenvolvimentos jurisprudenciais 400
5. Conclusões 403

Capítulo XVIII**RECUSA TERAPÊUTICA E OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA. BREVE ANÁLISE DA RESOLUÇÃO 2.232/2019 DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. UM PECULIAR CONCEITO DE AUTONOMIA DO PACIENTE 405****Capítulo XIX****PROCESSOS ÉTICO-PROFISSIONAIS NO ÂMBITO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE MEDICINA: DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AO ORDENAMENTO JURÍDICO EM QUESTÕES RELATIVAS À PRESCRIÇÃO 421****CONCLUSÕES 433****REFERÊNCIAS 435**